TCE_{MG}

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria-Geral da Presidência Coordenadoria de Protocolo e Triagem

RELATÓRIO DE TRIAGEM № 570/2020
X DENÚNCIA REPRESENTAÇÃO X COM PEDIDO LIMINAR
1. INFORMAÇÕES GERAIS
Protocolo do documento: 6313911/2020
Data do Protocolo: 16/07/2020
Jurisdicionado denunciado / representado: Prefeitura Municipal de Goianá/MG
Município: Goianá
CNPJ: 01.611.137/0001-45
2. INFORMAÇÕES PRELIMINARES
Data de abertura do procedimento licitatório: 05/08/2020 – 09:00h
Objeto da Denúncia / Representação: Irregularidade constatada no Processo Licitatório nº
041/2020 - Tomada de Preço nº 005/2020, do tipo Técnica e Preço, que tem por objeto
"contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos profissionais de
Consultoria e Assessoria Contábil para Administração Pública, orçamento público,
contabilidade pública, tesouraria e execução orçamentária, patrimônio, gestão de compras e
almoxarifado, frotas e folha de pagamento, inclusive disponibilização de software para o
desenvolvimento dos trabalhos, conforme especificações contidas no PROJETO BÁSICO -
Anexo I do Edital".
Período dos Fatos Denunciados / Representados: 2020
Ano de referência para fins de autuação: 2020
Origem dos Recursos:
Valores envolvidos: R\$ 9.030,00 - Valor Mensal - item 10.1 - Orçamento Estimado
3. DENUNCIANTE / REPRESENTANTE (Pessoa Jurídica)
Nome Completo: ECAP – Empresa de Consultoria em Adminstração Pública S/C CNPJ: 02.926.829/0001-45
Prova de existência: 3ª Alteração Contratual (Certidão emitida pelo Cartório de Registro Civil
da Comarca de Lepoldina/MG); Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
Habilitação dos signatários para representar a denunciante / representante: Sócio
Administrador – Eloy do Vale Neto
Endereço completo: Rua Professor José Lintz, 173, Mina de Ouro, Leopoldina/MG
Procurador:
1 Tocuration.
4. ANÁLISE
4.1 – A denúncia / representação versa sobre matéria de competência do Tribunal (inciso I §1°
do art. 301, do Regimento Interno)?
X SIM NÃO PARCIALMENTE
Justificativa / Observações:
Juditioni va / Obbet vayood.

ICE_{MG}

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria-Geral da Presidéncia Coordenadoria de Protocolo e Triagem

4.2 – Os fatos ocorreram há mais de 5 (cinco) anos (§ 1° do art. 19 da LOTCEMG)? SIM X NÃO Alguns dos fatos ocorreram há mais de 5 (cinco) anos
Justificar e indicar se há indícios de dano ao erário ou má fé:
4.3 – A denúncia / representação é redigida com clareza (inciso II do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO
Justificativa / Observações:
4.4 – Foram entregues a cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física ou, sendo a denunciante / representante pessoa jurídica, a comprovação de sua existência e de que os signatários têm habilitação para representá-la (inciso III do § 1º e § 2º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO PARCIALMENTE
Em caso de resposta negativa / parcialmente, especificar:
4.5 – A denúncia / representação contém informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção do denunciante / representante (inciso IV do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO PARCIALMENTE
Justificativa / Observações: a denunciante aponta a seguinte irregularidade: - a aglutinação de itens autônomos e distintos em um mesmo objeto/lote ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta, favorecendo o direcionamento do certame à contratação de determinada empresa; uma vez que impede os interessados de participar de um item que atende plenamente, simplesmente porque não possui o outro item autônomo incorporado no objeto do certame;
4.6 – Há indicação das provas que serão produzidas ou indícios veementes da ocorrência dos fatos (inciso V do § 1º do art. 301 do Regimento Interno)? X SIM NÃO
Justificativa / Observações:
4.7 – A denúncia / representação contém cópia do instrumento convocatório completo (parágrafo único do art. 312 do Regimento Interno)? X SIM NÃO NÃO NÃO SE APLICA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria-Geral da Presidéncia Coordenadoria de Protocolo e Triagem

Justificativa / Observações:
5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO
5.1 Arquivamento em razão da ocorrência da prescrição, nos termos do § 1º do art. 19, da LOTCEMG, sem indícios de má fé ou de dano ao erário.
X 5.2 Autuação como denúncia, tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 301 do Regimento Interno.
5.3 Autuação como representação, tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 310 e 311 do Regimento Interno.
5.4 Arquivamento em razão do não atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 301 do Regimento Interno.
Determinação para que o denunciante / representante complete ou emende a denúncia / representação, no prazo de 10 (dez) dias, em razão de indício veemente da existência do fato denunciado / representado.
5.6 Encaminhamento à Superintendência de Controle Externo para subsidiar o planejamento das ações de fiscalização.
5.7 Submissão da denúncia / representação ao Órgão ou Entidade competente, para adoção de medidas cabíveis.
5.8 Envio de cópia do documento ao Órgão ou Entidade competente para adoção de medidas cabíveis.
5.9 Encaminhamento à Superintendência de Controle Externo para análise técnica complementar.
Justificativa / Observações:

Belo Horizonte, 17 de julho de 2020

Denise Duarte Mattos

Analista de Controle Externo - TC 1809-8

Reginaldo de Pádua Ribeiro Coordenador – TC 1404-5